

Título: Ativismo armado: o caso da Unita

Nome: Jéssica da Silva Höring

1. Introdução

Este texto é um draft do nosso projeto de tese em Sociologia. O objetivo da pesquisa de doutorado é investigar a lógica do ativismo em movimentos violentos¹ através de uma análise das trajetórias de recrutamento e engajamento no movimento armado angolano da *União Nacional para a Independência Total de Angola* – doravante Unita –, que se constituiu em 1966 em oposição ao colonialismo português, consagrou-se como oposição militar ao governo durante uma Guerra Civil que durou de 1975 a 2002 e reorganizou-se enquanto partido político após a morte de seu líder fundador, Jonas Savimbi, em 2002. A proposta inicial é examiná-la no período compreendido entre 1966 e 1990 por meio da análise das trajetórias dos ativistas que fundaram o movimento. A partir disso, verificaremos as interseções entre as trajetórias individuais de engajamento e guerras civis, contribuindo para os estudos de revoluções sociais e violência.

Uma breve contextualização é necessária. A Guerra Civil angolana foi caracterizada pelo embate entre três forças políticas: o *Movimento Popular de Libertação de Angola* (Mpla), a Unita, e a *Frente Nacional de Libertação de Angola* (Fnla)², essas que, num contexto configurado pela Guerra Fria, receberam apoio externo³. O Mpla assumiu o poder político no momento da independência, em 1975, e desde então é o partido no poder. Muitos foram os esforços de negociação durante o conflito, dentre os quais destacamos os acordos de paz de Bicesse, em 1991, e de Lusaka, em 1994. No entanto, a Guerra acabou somente em 2002, a seguir à morte em combate de Jonas Savimbi, desmanche da estrutura militar da

¹ Optamos pelo termo “movimento violento” em referência ao uso que é feito, nestes casos, de repertórios de ação baseados na violência física. Neste momento, os termos “movimento armado”, “movimento violento”, “movimento de guerrilha” e “movimento de alto risco” são usados intercambiavelmente. Uma discussão sobre o termo adequado para o caso da Unita será realizada ao longo do doutorado.

² A Fnla e o Mpla foram os dois principais movimentos durante a guerra de libertação contra Portugal (1961-1974). A Unita, que surgiu de uma dissidência da própria Fnla, foi o principal movimento de oposição ao governo do Mpla durante a guerra civil (1975-2002).

³ A partir dos anos 1970 a África Austral adquiriu a maior importância estratégica regional no contexto da Guerra Fria. Esses fatores fizeram com que os processos de luta pela descolonização nessa região fossem caracterizados por ampla participação internacional via apoio financeiro e militar. No caso de Angola, os principais alinhamentos externos foram: EUA e África do Sul (regime do *apartheid*) apoiando a Unita, Cuba e URSS apoiando o Mpla, e Zaire apoiando a Fnla.

Unita e normalização da vida política do país. Na altura, a Unita desmobilizou 50.000 guerrilheiros e oficiais, que foram reintegrados na sociedade e nas Forças Armadas Angolanas.

A Unita, que no seu auge (ao final dos anos 1980) apresentou uma estrutura militar composta de 65.000 soldados, incluindo 28.000 soldados regulares (MINTER, 1994), foi um dos maiores movimentos políticos do continente africano. No entanto, apesar da sua importância continental, o caso angolano pouco contribuiu para os estudos sobre movimentos violentos do ponto de vista sociológico. Com efeito, diversas das pesquisas, centradas principalmente na história da Guerra Civil (1975-2002) e do nacionalismo angolano, no processo de colonização e descolonização, e na história particular do Mpla, dizem muito sobre pouca coisa, ou pouco sobre muita coisa. É uma das fatias da história moderna de Angola e da África pós-colonial mais desvalorizadas pelos estudiosos, além de imersa em teorias fantasiosas, muitas vezes sustentadas por aqueles que temem visitar seu passado⁴. Nesta seção revisitaremos a trajetória do movimento de maneira relacional, dialogando com a literatura existente sobre o tema, e alçaremos, assim, as bases para a discussão teórica seguinte.

Disputas pelo poder como a que ocorreu em Angola caracterizam aquilo que Tarrow (2011) qualifica como uma situação revolucionária sem produção de resultado revolucionário. Enquanto *situações revolucionárias* são momentos de intensa fragmentação do poder estatal, envolvendo disputas pela soberania, *resultados revolucionários* envolvem a transferência efetiva do poder estatal para novos atores. Uma revolução plena e verdadeira combina estes dois aspectos, mas é possível que tenhamos uma situação revolucionária que não gera uma resposta revolucionária. Em Angola, a ação repressora de Portugal – que se debatia para legitimar a manutenção do seu império colonial pelo argumento do luso-tropicalismo freyriano durante a década de 1960 – impôs a criação de movimentos de libertação armados

⁴ Por razões que se coadunam, examinou-se durante a realização da pesquisa de mestrado uma disputa de narrativas a respeito da história de Angola, pendendo a favor do Mpla, e um movimento de segregação social dos indivíduos que foram ou são ativistas da Unita. Se no nível dos debates da Assembleia Nacional verificamos que a atribuição da culpa pela guerra ainda é direcionada à Unita, no restante da sociedade as interações não são diferentes. Isso se reflete na maneira pela qual a história é contada e, fundamentalmente, sobre *qual* história em particular. Além disso, a ênfase na história do líder fundador associada a esse processo de marginalização, bastante característica de sociedades pós-conflito, descontextualiza e, no limite, desumaniza e bestializa os indivíduos. Com efeito, a motivação para a realização desta pesquisa nasceu durante o trabalho de campo do mestrado, em Luanda, quando a autora entrevistou um dos Generais da Unita e constatou a limitação da literatura sociológica – e também histórica – a respeito das trajetórias dos ativistas – indo desde baixo a alto escalão – que fizeram parte do movimento, os motivos que os levaram ao engajamento, e a vida pós-guerrilha.

para a luta de independência – ao contrário das restantes experiências de descolonização, com exceção da Argélia. Assim, a presença de múltiplos grupos lutando militarmente pela autonomia angolana provocou fortes divisões e disputas pelo controle do Estado ainda antes da independência. E assim o foi até 2002.

Adentrando a esfera da literatura sociológica produzida sobre os movimentos violentos africanos, constatamos um silêncio frente ao engajamento das populações, às formas de recrutamento e suas motivações. Mamdani (1990) sublinha duas questões: de um lado, a literatura especializada sobre movimentos sociais africanos tendeu a ignorar sua história social, concentrando-se somente em sua história política e, no extremo, na redução desta história política a uma biografia do líder fundador do movimento, ignorando disputas internas e externas envolvidas. Respeitante a isso produziu-se, fundamentalmente no campo da ciência política, vasta literatura que trata do fenômeno do poder na África e da categorização dos líderes africanos, vinculada ao neo-patrimonialismo⁵. De outro lado, Mamdani destaca que os movimentos violentos africanos foram enquadrados na literatura sobre conflito étnico, lacônicos, entretanto, quanto à questão racial.

A vigorosa discussão que vinculou esses movimentos à etnicidade se verificou também no caso da Unita. Da escassa literatura existente sobre o movimento, destacamos os trabalhos de Messiant (2008) e Malaquias (2000). Messiant amarrou o surgimento dos movimentos armados em Angola às divisões socioculturais e formação de elites regionais, de acordo com as especificidades da interação com o colonialismo português, destacando que cada movimento de libertação se associava a um dos três grandes grupos étnico-linguísticos, a Unita com o Ovimbundu (35% da população), o Mpla com o Mbundu (20% da população) e a Fnla com o Bakongo (15% da população). Malaquias, igualmente, argumenta que os movimentos seguiram linhas fundamentalmente étnicas – não raciais, de pertença de classe, ou ideológicas – para atingir seus interesses. Nesse sentido, enquanto o Mpla utilizou as redes informais Mbundu para se manter no poder, e a Unita valeu-se da pertença Ovimbundu de Jonas Savimbi para angariar apoio junto a essa comunidade e manter a luta armada.

⁵ Destacamos: BRATTON, M.; VAN DE WALLE, N. (1997); CHABAL, P.; DALOZ, J. (1999); CHAZAN, N. *et al.* (1999), e RENO, W. (2011). Para uma discussão sobre Angola: CHABAL, P. (2007); HODGES, T. (2007); OLIVEIRA, R. S. (2011); e VIDAL, N. (2015). Importante debate sobre o tema é apresentado em: MBEMBE, Achille. O princípio autoritário. In: MBEMBE, Achille. **África Insubmissa: Cristianismo, Poder e Estado na sociedade pós colonial**. Luanda: Mulemba, 2013.

Mamdani (2001), que explora a questão étnica em movimentos sociais africanos com cautela, argumenta que a base legal da discriminação nas colônias era racial, pela qual o Estado colonial naturalizava as diferenças. A etnia foi introduzida como representação horizontal no esquema de desigualdade vertical da raça entre brancos e negros, colonos e africanos. As políticas de assimilação, contudo, geraram divisões mais complexas, aproximando um pequeno grupo de colonizados dos privilégios do colonizador. Este parece ter sido o caso da Unita que, pela prosa do nativismo, combatia a criouldade – condição que atribuía ao Mpla e seu projeto de dominação estrangeiro; seu slogan, *liberdade, negritude e socialismo*, por exemplo, demarcava sua identidade como africana e negra. Relativamente a isso, Mbembe (2001) sublinha que o discurso de reabilitação de uma identidade africana que foi negada pelo colonizador recorreu à raça para definir sua própria ideia de nação e de solidariedade política. Assim, muitos movimentos políticos africanos enfatizaram justamente a diferença e a especificidade de uma tradição e valores essencialmente africanos. Retomemos a história de fundação da Unita.

Dos três movimentos de libertação que se constituíram em Angola, a Unita foi o último a surgir, em 1966, fruto de uma dissidência no seio da Fnla, em 1964. Jonas Savimbi, Miguel Puna, Tony da Costa Fernandes e Ernesto Mulato abandonaram as fileiras da Fnla em 1964 e recrutaram militantes na base de treinamento de guerrilhas de libertação africanas de Kongwa (Tanzânia), em 1965. A fundação oficial da Unita ocorreu em 15 de março de 1966, em Muangai, na província do Moxico (Angola), com 18 membros⁶, sendo o primeiro movimento anticolonial com uma liderança presente dentro de Angola, uma vez que, em virtude do contexto de guerra com Portugal, as lideranças do Mpla e da Fnla residiam na República do Congo e na República Democrática do Congo, respectivamente.

Segundo Heywood (2000), a Unita se desenvolveu inicialmente como um fórum que agrupava indivíduos insatisfeitos com as doutrinas dos outros dois movimentos. Particularmente, ela valorizaria os sentimentos rurais, regionais e multi-étnicos, em oposição

⁶ Sendo eles: Jonas Savimbi, João Lياهو, Tony da Costa Fernandes, David Chingunji, Samuel Chiwale, Samuel Chingunji, Miguel Puna, Ernesto Mulato, Alexandre Chinguto, Pedro Moisés, José Kalundulu, Jacob Hossi, Jeremias Nundu, Nicolau Tchiuca, Isaias Mussumba, Mateus Bundua, Samuel Muanangola e Tiago Sachilombo (Fernando, 2013). O primeiro congresso da Unita ocorreu em 1966. Nessa época os principais dirigentes eram, além de Savimbi, Miguel Puna como secretário geral, Samuel Chingunji, como Chefe de Estado-Maior, Samuel Chiwale como Comandante Geral das Forças Armadas, além de Tony da Costa Fernandes, Jorge Isaac Sangumba e Tito Chingunji (STUVOY, 2002).

às posições urbanas e assimiladas do Mpla⁷, e tribalistas e monárquicas da Fnla⁸, e prezaria pela representação de todos os grupos étnicos e regionais do país, congregando, assim, uma porcentagem significativa de apoio no centro e sul de Angola. Em junho de 1974, o movimento estabeleceu uma sede na província de Huambo, onde iniciou a criação de um aparato partidário e uma autoridade civil e militar. Valendo-se do apoio das comunidades Ovimbundu e protestantes da região, o movimento estabeleceu uma relação de reciprocidade com as populações locais que constituíram à época sua principal rede de recrutamento (STUVOY, 2002).

Com o início da Guerra Civil e o avanço da radicalização, a Unita foi obrigada a se retirar para zonas mais seguras, estabelecendo-se próxima a Cuelei, na província de Kuando Kubango, onde, com o apoio da África do Sul, iniciou sua reorganização⁹. Em 1979, o movimento já se consolidara outra vez, estabelecendo uma sede permanente na região, a chamada República da Jamba – Terras Livres de Angola. A Unita replicou o sistema de reciprocidade que mantinha com as aldeias do Huambo¹⁰ por meio de acordos com os chefes tradicionais em troca de alimentos, soldados e inteligência, respeitando, por outro lado, sua cultura e provendo segurança, acesso à educação, saúde, e outros serviços básicos (STUVOY, 2002)¹¹. Durante os anos 1980, expandiu seu controle territorial e estabeleceu uma estrutura organizacional muito semelhante a de um Estado (PEARCE, 2012), dispondo de uma burocracia, exército convencional, e governo. Sua estrutura de liderança assemelhava-se a do próprio Mpla, consistindo de um Bureau Político e um Comitê Central. No fim dos anos 1980, a população da Jamba era estimada entre 8.000 e 10.000 pessoas, e 80.000 a 100.000 pessoas no sistema de aldeias vinculado ao movimento (STUVOY, 2002).

Isolada geograficamente e envolta num imaginário ritualístico étnico, consolidou-se a ideia de que a Unita constituía um movimento cuja coesão se construía às voltas da liderança

⁷ Em referência à política de assimilação colonial, a Unita acusava o Mpla de representar a elite de Luanda, uma elite dominada por mestiços filhos de colonos portugueses, em detrimento das populações angolanas escravizadas durante a colonização.

⁸ A Fnla representaria a etnia Bakongo e teria por interesse reconstruir o antigo Reino do Congo, no norte de Angola.

⁹ O período entre a retirada da Unita do Huambo e seu estabelecimento em Cuelei ficou conhecido como a “Grande Marcha”. Iniciada em 09 de fevereiro de 1976, a marcha durou cerca de 07 meses, até 28 de agosto de 1976. Composta inicialmente de cerca de 1000 pessoas, terminou com 79 indivíduos (STUVOY, 2002).

¹⁰ A Unita provia segurança e auxiliava na administração dos vilarejos. Em troca, os camponeses ofereciam alimentos e soldados.

¹¹ A relação de dependência da Unita com as aldeias era complexa. Para evitar vazamento de informações, os indivíduos considerados leais ao movimento eram autorizados a viver perto das áreas controladas pelo governo, enquanto os outros eram removidos para áreas de difícil acesso.

de Jonas Savimbi. Ainda que ele tenha tido lugar central na trajetória da Unita, a ênfase no líder pode camuflar as disputas que se desdobram no movimento que, contrariamente a uma lógica coesa, constitui uma rede heterogênea. De fato, o imaginário de coesão da Unita caiu por terra durante os anos 1990, quando verificamos três questões: i) acusações de abusos de autoridade e perseguição política por Savimbi, indo desde punições a queima de pessoas na fogueira¹²; ii) avanço das negociações de paz e aproximação de lideranças da Unita com o governo; e iii) radicalização do confronto político. Destacamos os dois primeiros.

A primeira e mais importante deserção aconteceu na altura das primeiras eleições angolanas, em 1992¹³, com o desligamento de Miguel Puna e Tony da Costa Fernandes, membros fundadores da Unita¹⁴. Nos anos seguintes as dissidências de oficiais persistiram e, particularmente a partir do momento em que os deputados da Unita tomaram posse na Assembleia Nacional, em 1997, passando a residir em Luanda e fazendo parte do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, muitas lideranças foram perdidas. A liderança do movimento resumiu-se, então, a um grupo de militares de linha dura: Savimbi, Gato, Antônio Dembo, Bock e Numa. A divisão entre a “ala radical” e a “ala moderada” da Unita se cristalizou com a formação de um novo partido por dissidentes, a Unita-Renovada, em 1998, que passou a ser o interlocutor oficial do governo. Embora não tenha vingado, do ponto de vista de incorporar outros deputados, alavancou o surgimento de diversas outras facções¹⁵.

Neste contexto de fragmentação, Savimbi foi forçado a se basear em um número reduzido de assessores confiáveis e numa nova geração de lideranças da Unita. Enquanto que a maioria dos quadros durante os anos 1980 eram constituídos por membros fundadores da Unita (primeira geração) ou indivíduos que se engajaram durante a remobilização de 1974-1976 (segunda geração), a maioria dos comandantes da Unita nos anos 1990 eram muito mais jovens. Esta ‘terceira geração’ foi criada nas zonas controladas pela Unita e escolarizada na Jamba ou através das bolsas de estudos da Unita no exterior, dependência esta que teria assegurado sua lealdade ao movimento. As figuras centrais no círculo imediato de Savimbi desde meados dos anos 1990 foram o Vice-Presidente Dembo, o

¹² O caso mais paradigmático foi o desaparecimento de uma família inteira, a Chingunji, contando, inclusive, com membros fundadores do movimento, como Tito Chingunji.

¹³ Em 1992 ocorreram as primeiras eleições multipartidárias em Angola. Do pleito, a Unita elegeu 70 deputados que, em virtude da situação de guerra, assumiram seus cargos somente em 1997, após a assinatura do acordo de paz de Lusaka (1994) que previa, dentre outras coisas, a formação de um governo de transição (Governo de Unidade e Reconciliação Nacional) que também tomou posse em 1997. Portanto, desde 1997 a mesma Unita que fazia parte do governo também fazia a guerra.

¹⁴ Ambos proferiram críticas públicas a Savimbi, acusando-o de ter sido responsável pela morte de Tito Chingunki e Wilson dos Santos.

¹⁵ Conforme Stuvoy (2002), em 2001 era possível identificar cinco facções: a Unita de Savimbi, dominante e pautada por uma solução militar contra o governo; a Unita-Renovada, financiada pelo governo; a Unita-Autônoma de Abel Chivukuvuku; a Unita-Luanda, liderada por Jaka Jamba que, por um lado era crítico da ala radical de Savimbi, e por outro não queria criar um novo partido aliado do governo; e a Unita-Internacional, que contava com os quadros da Unita no exterior.

Secretário-Geral Gato, o Secretário de Assuntos Estrangeiros Alcides Sakala, o Chefe das Forças Armadas General Geraldo Abreu 'Kamorteiro' e o General 'Kamy' Pena (STUVOY, 2002, p. 66, *tradução nossa*).

O terceiro fator sublinhado sobre a Unita dos anos 1990 diz respeito às mudanças no grau do repertório violento e na mobilização de recursos. À medida que perdia o apoio de governos externos e das populações do interior de Angola, e o movimento se dividia em uma ala moderada e outra radical, a Unita passou a uma estratégia de desestabilização, baseada em ataques a áreas urbanas, forçando os civis a se deslocarem do interior para as cidades já superpovoadas. Intensificou-se, neste período, a minagem do território, e o uso do estupro e rapto de mulheres como arma de guerra. De acordo com Pearce (2012), enquanto a Unita apresentou uma renda garantida por governos externos, foi capaz de construir relações políticas estáveis com a população; quando perdeu esses laços e foi forçada à defesa militar, seu comportamento com as populações tornou-se mais violento e predatório. No final dos anos 1990 o movimento minguava e com a morte de Savimbi, em 2002, chegou ao seu fim.

2. Revisão bibliográfica

Um tópico de grande interesse nos estudos de sociologia política é o da mobilização individual em movimentos violentos. Dentre as tradições da área, a Teoria do Confronto Político é a mais preocupada com o uso da violência por movimentos sociais, como o estudo de Tilly (2006) sobre regimes e repertórios e o de Tarrow (2011) sobre ciclos de confronto. Tarrow argumentou que em momentos de conflito intenso, como em guerras civis, os movimentos geralmente respondem à repressão do Estado através de radicalização e moderação. Isto é, a tendência é uma divisão do movimento em dois grupos, um radical e um moderado. Enquanto o primeiro grupo barganha com o governo, o segundo mantém o confronto armado. O que explica esse padrão de ativismo?

Frequentemente, os pesquisadores buscam um único fator explicativo que guiaria os indivíduos a aderirem a movimentos armados e sustentaria seu apoio durante um contexto de violência generalizada. A hipótese que gostaríamos de levantar é que o engajamento varia ao longo do curso do conflito e que pode ser resultado de diferentes padrões de mobilização/recrutamento experienciados pelos indivíduos. Nesse sentido, além de olhar para a esfera das motivações individuais que explicariam a ação coletiva, este estudo também requer a investigação de que condições sociais legitimam o uso da violência e por que, onde e

quando os indivíduos decidem tanto fazer parte quanto deixar de fazer parte deste tipo de ativismo. Em virtude da propensão em se estudar movimentos violentos e revoluções como gêneros separados, ainda não se explorou devidamente os paralelos e intersecções entre os movimentos, os ciclos de confronto e as revoluções, ainda mais no caso africano. Neste sentido, aplicando instrumentos da teoria do confronto político, tenciona-se contribuir com o estudo de movimentos violentos, processos de recrutamento e ativismo.

A explicação para a trajetória seguida pelos ativistas da Unita pode ter relação com aspectos particulares do ativismo em movimentos violentos, como o tipo de laços sociais que se desenvolvem nesse tipo de ação coletiva e como as diferentes dinâmicas de lealdade e solidariedade entre ativistas evoluem ao longo do conflito.

Em sua discussão sobre ciclos de confronto, Tarrow (2011) aponta três séries de mecanismos: difusão, exaustão e radicalização/institucionalização. A difusão diz respeito ao espraiamento de uma propensão para ação coletiva para outros grupos e seus antagonistas, gerando contra movimentos e, em outros casos, com a espiral de violência, guerras civis. Paulatinamente, os movimentos vão se exaurindo, dividindo-se em facções, constituindo a fase da exaustão. A participação não declina para todos os setores de um movimento, geralmente ele se divide entre os ativistas que querem negociar e os que querem manter o confronto, gerando os dois outros mecanismos: radicalização/institucionalização. A radicalização envolve adoção de formas mais violentas de confronto, enquanto a institucionalização, que geralmente acompanha a radicalização, constitui em afastamento de repertórios mais extremos e a adoção de formas mais convencionais de confronto. Neste caso, alguns ativistas podem buscar formas de acomodação com as elites, moderando seus objetivos. Tarrow identifica ainda dois mecanismos para a estabilização da relação entre as partes: repressão e facilitação (reforma, negociação). No caso de regimes democráticos, os governos geralmente selecionam a repressão de alguns grupos e a facilitação com outros, buscando não agir de modo arbitrário e, conseqüentemente, aumentar a legitimidade do movimento em questão.

É possível observar a presença desses mecanismos no caso angolano, especialmente o segundo e terceiro. Se nos anos 1970 e 1980 a Unita representava um movimento relativamente coeso, durante os anos 1990 se viu diante de uma tendência intensiva de fragmentação e clara divisão em uma ala radical e outra moderada. Esse processo ocorreu simultaneamente a três eventos políticos importantes no cenário nacional: o avanço nas

negociações com o governo, o retraimento do apoio internacional à Unita – particularmente com o fim do regime do *apartheid* – e as primeiras eleições, em 1992. Verificamos, assim, o surgimento de duas facções dentro da Unita, uma que buscava a permanência no processo político, e outra que militava a favor da manutenção de um repertório violento. O Protocolo de paz de Lusaka¹⁶ demarcou definitivamente essa divisão, podendo-se falar, a partir de então, da coexistência entre o campo moderado de Benguela-Bié (Generais Ben-Ben, Bejia, Bock, Jorge Valentim e Jaka Jamba) e o campo radical do Huambo (Savimbi, Antônio Dembo, Gato, Demóstenes Chilingutla e Artur Vinama). Durante o oitavo Congresso da Unita, em 1995, os dois campos colidiram e a coesão do partido se desvaneceu até a morte de Savimbi, em 2002 (STUVOY, 2002). Além disso, se por um lado o governo facilitou e incentivou as dissidências a partir dos anos 1998, por outro lado marginalizou o campo de Savimbi e adotou, a partir de 1999, uma estratégia de aniquilamento desta fração do movimento. De fato, seus efeitos logo se materializaram, com a retirada da Unita do Huambo ainda em 1999 e a morte de Savimbi.

Tarrow (2011) sublinha que os ativistas que se encontram na periferia do movimento não apresentam grande motivação e geralmente são aqueles que o abandonam, enquanto que aqueles próximos ao seu centro e representantes da liderança retêm a radicalização do confronto. Nesse ponto a liderança é confrontada com um dilema: adotar uma postura mais moderada e de negociação com os oponentes para manter os moderados, ou conservar seus militantes mais aguerridos preservando uma estratégia mais radical. Note-se, contudo, que no caso da Unita parece ter acontecido fenômeno contrário. As dissidências ao longo dos anos 1990 foram sobretudo de oficiais e lideranças dentro do movimento, enquanto que os soldados guerrilheiros permaneceram fieis até o fim (BECK, 2009; MINTER, 1994; STUVOY, 2002). A explicação para isso pode ser encontrada num vínculo produzido entre processo de recrutamento e ativismo.

McAdam (1986) distingue dois tipos de ativismo, aqueles de baixo risco/custo e aqueles de alto risco/custo, em que o termo custo se refere aos gastos de tempo, dinheiro e

¹⁶ Assinado em 1994, o Protocolo previu a formação de um governo de transição com representantes do Mpla e da Unita. O Governo de Unidade e Reconciliação Nacional tomou posse em 1997. De acordo com Stuvoy (2002), o envolvimento dos membros do referido campo Benguela-Bié nas negociações do Protocolo de Lusaka teria gerado uma distensão com o campo militarista de Savimbi. Note-se que, após as negociações, diversos antigos representantes na administração da Unita foram substituídos por membros do campo do Huambo; o maior exemplo disso foi a demissão de Eugénio Manuvakola do posto de Secretário-Geral, sendo substituído pelo General Gato, em 1995.

energia demandados de uma pessoa para seu engajamento em determinada forma de ativismo. O caso da Unita ampara-se no ativismo de alto risco, para o qual olharemos na sequência. McAdam (1986) esboçou um modelo de recrutamento de alto risco que enfatiza fatores motivacionais estruturais e individuais. Partindo do seu estudo sobre o *Mississippi Freedom Summer*, o autor sublinhou a importância de quatro fatores para o processo de recrutamento de alto risco. A afinidade atitudinal (i) é baseada no pressuposto que as pessoas participam em movimentos sociais por conta de uma afinidade ideológica com o movimento e que, no caso específico do ativismo de alto risco, parecem depender de uma intensa identificação pessoal com o movimento. Espera-se também que os ativistas estejam integrados em redes, relações ou comunidades de ativistas que os insiram no movimento (ii). Referente a isso destacam-se duas questões, a dos agentes, se individuais ou organizações formais, e a força do laço existente (se forte ou fraco). Um terceiro ponto diz respeito à existência de uma história anterior de ativismo (iii). O autor sublinha, portanto, um processo de recrutamento gradual, que inicia em instâncias seguras e menos intensas de ativismo e que, ao aumentar a integração do recruta na rede, aumentam também a afinidade ideológica com o movimento e seu comprometimento com uma identidade ativista, gerando receptividade frente a formas mais custosas de participação. Por fim, é fundamental examinar a disponibilidade biográfica do indivíduo (iv), isto é, a ausência de constrangimentos pessoais para sua participação, como emprego, educação, casamento, idade, e responsabilidades familiares.

Posteriormente, McAdam e Paulsen (1993) sublinharam que demonstrar que ativistas se engajaram em um movimento através de uma rede pré-existente não comprova a potência causal desse elo, uma vez que diversos outros indivíduos, dispendo dos mesmos laços com integrantes do movimento, não o integram. Embora a ênfase que passou a ser dada nos fatores estruturais ou de redes no recrutamento dos movimentos tenha sido um avanço importante em relação às assunções individuais iniciais, isso não diz tudo. Nestes casos, existem outros elos mais salientes constrangendo o engajamento. Desse modo, é fundamental determinar quais dimensões dos elos sociais apresentam maior potência causal e de que forma elos divergentes afetam a decisão dos indivíduos em se engajar ou não se engajar em um movimento. Os contatos com indivíduos são mais importantes que o contato com organizações formais para encorajar o ativismo? E que tipo de relação é mais efetiva para recrutar outros ativistas? E mais, para além de determinar esses padrões, é fundamental observar também o que constrange os indivíduos a se desengajarem dos respectivos movimentos.

Viterna (2006) levantou importantes questões sobre recrutamento, focalizando a diferença entre ativistas e não ativistas e a heterogeneidade dos padrões de mobilização. Por exemplo, o mesmo fator causal que promove a mobilização de algumas pessoas pode inibir a participação de outras. Nesse sentido, ela destaca que as causas de mobilização são múltiplas e também conjunturais, mesmo entre indivíduos inseridos em redes similares de produção de identidades e em contextos estruturais similares. Para ela, os caminhos múltiplos de participação derivam da interação padronizada entre biografia individual, redes e contexto situacional. Assim sendo, processos diferentes podem levar indivíduos a um mesmo resultado de mobilização. Em seu estudo sobre mulheres revolucionárias na FMLN de El Salvador, a autora destaca três padrões de mobilização: guerrilheiras politizadas, guerrilheiras relutantes e guerrilheiras recrutadas. As primeiras aderiram à guerrilha ainda no começo da guerra civil, processo facilitado pela participação prévia em organizações religiosas ou políticas, e apresentavam forte identificação com as causas políticas defendidas pela frente. As segundas foram empurradas para a guerrilha porque, na ausência de outros laços sociais, este foi o único caminho possível para fugir da crise. Por fim, as terceiras foram persuadidas a participar graças a sua disponibilidade biográfica dentro de uma situação de refúgio.

Igualmente, Bosi e della Porta (2012) buscaram apontar alguns caminhos centrais seguidos pelos indivíduos que aderem a grupos armados, através de uma análise que combina indivíduos, dinâmicas de grupos armados e contextos situacionais em mudança. Embora todos os três níveis de análise, micro, meso e macro, geram explicações importantes, eles argumentam que é justamente a interação entre eles que precisa ser investigada. Tendo isso em consideração, os autores olham para três dimensões centrais em dois grupos, o *Irish Republican Army*, na Irlanda do Norte, e as *Red Brigades*, na Itália: motivações individuais para o engajamento, redes que facilitariam o recrutamento e os efeitos da repressão nos indivíduos. Como resultado, eles apontaram três caminhos distintos de micro-mobilização que pareceram mais centrais: padrão ideológico, instrumental e solidário. No primeiro grupo se encontram indivíduos com forte consciência contrahegemônica, cujo processo de recrutamento foi paulatino, atravessando diversas etapas, até a legitimação da escolha pelo ativismo armado. No segundo grupo, a tendência foi de maior rompimento em relação ao passado, crença de que o ativismo armado constituía o único caminho que geraria resultados concretos. Por fim, o caminho solidário foi resultado da escalada no conflito, em que a adesão vem acompanhada mais por um sentimento de defesa ou vingança do que por razões políticas.

As estratégias de recrutamento da Unita modificaram-se ao longo dos anos. Stuvoy (2002) e Minter (1994) destacam dois momentos de recrutamento na Unita, um voluntário e outro forçado. Enquanto o recrutamento voluntário foi dominante durante os anos 1960 e 1970, este foi substituído pelo sistema de recrutamento forçado nos anos 1980 e 1990. Durante a primeira fase (anos 1960 e 1970), o recrutamento foi altamente politizado e ocorreu através de três principais redes: um grupo de outros dissidentes da Flna que tampouco se identificavam com o Mpla; um círculo de estudantes no exterior; e líderes nacionalistas do centro e sul de Angola – particularmente afeitos à cultura Ovimbundo e à influência protestante na região. De acordo com os dados levantados por Minter (1994), os recrutas da primeira geração tomaram conhecimento da existência da Unita através de redes de amigos ou porque fizeram parte do exército colonial¹⁷, e boa parte desses ativistas se tornaram lideranças no movimento. Além disso, a literatura sublinha a divisão dessa primeira etapa em duas gerações de ativistas: a geração que fundou o movimento (anos 1960) e a geração que se engajou durante a instalação do movimento no interior de Angola (1974-1976) (BECK, 2009; MINTER, 1994; STUVOY, 2002). A maior parte da primeira geração abandonou o movimento durante os anos 1990 – ou teria sido dizimada por Savimbi –, ao passo que diversas lideranças da segunda geração fizeram parte da ala radical que manteve um repertório violento até o fim da guerra.

Durante os anos 1980 é possível verificar, portanto, o surgimento de uma terceira geração de soldados da Unita. Ao contrário do período entre 1974 e 1976, a maioria desses recrutas foi forçada a servir militarmente. De modo geral, durante os anos 1980 a prática mobilizada pela Unita foi de conscrição nas zonas controladas próximas da Jamba, o que envolvia troca de favores com as comunidades locais, e durante os anos 1990 foi de rapto de jovens nas áreas controladas pelo governo (STUVOY, 2002)¹⁸. Os adolescentes eram encaminhados para a Jamba ou outras bases militares, onde recebiam educação primária e

¹⁷ Dos entrevistados por Dash (1977) entre 1976 e 1977, a maioria de antigos membros do exército português se engajaram na Unita voluntariamente. Além disso, o autor ressalta que número considerável de recrutas desse período era constituído por indivíduos que se consideravam brancos e mestiços.

¹⁸ Sobre o recrutamento forçado junto às comunidades locais “[...] Existe pouca evidência de que houvesse resistência, embora o recrutamento fosse originalmente consensual. Entretanto, isso mudou ao longo dos anos 1990, conforme a Unita se divorciava das comunidades rurais que antes a sustentavam, e se baseava paulatinamente no uso da coerção e intimidação. As táticas passaram a ser, então, de rapto nas comunidades e sequestros ao longo das estradas, assim como intimidação dos chefes tradicionais e famílias a renunciarem dos seus filhos” (PARSONS, 2005, p. 53, *tradução nossa*).

preparação militar; enquanto os homens eram integrados às forças armadas, as mulheres geralmente atuavam como enfermeiras, cozinheiras e professoras.

Beck (2009) argumenta que a Unita buscou transformar as estruturas sociais existentes durante o recrutamento, criando, assim, uma rede estável e leal de ativistas. Seu argumento central é que os membros mais leais do movimento foram produtos de um projeto de engenharia social, cuja base era uma prática de recrutamento forçado de adolescentes, que foram, então, socializados pela Unita. Este ponto é compartilhado por Minter (1994), segundo o qual os principais mecanismos mobilizados foram: ameaça de execução, transferência de recrutas para áreas distantes de sua origem, medo de punição pelas forças governamentais e treinamento e assimilação à vida de soldado. Ainda assim, o recrutamento forçado não assegurava a eficiência militar, política e administrativa da Unita. Desse modo, os soldados eram integrados em uma vida civil familiar, educada e fundada no trabalho agrícola – *Arma, enxada e lápis* eram seus instrumentos. Beck sublinha que do final dos anos 1990 adiante, na época de crise do movimento, a base da organização da Unita era constituída pelos indivíduos que foram recrutados quando adolescentes. Como vimos anteriormente, durante este período a liderança do grupo quase colapsou, e no fim era constituída de um círculo muito reduzido próximo de Savimbi, enquanto o restante foi marginalizado, se retirou ou foi eliminado.

3. Desenvolvimento do trabalho

Em termos metodológicos, a proposta é analisar as instâncias de ativismo na Unita a partir de uma análise do contexto de criação do movimento e de engajamento e recrutamento. Enquanto o primeiro ponto compreende a lógica externa – a estrutura de oportunidades políticas – o outro ponto encerra o campo das motivações que levaram os indivíduos a se engajarem e se manterem (ou não) no movimento. Pensaremos o objeto a partir de três objetivos específicos. Em primeiro lugar (i), pela esfera da *mobilização*, o objetivo é examinar como as pessoas começaram a fazer demandas, como elas pararam de fazer essas demandas, e quais motivações estiveram por trás do surgimento da Unita. Este esforço envolve reconstruir a estrutura de oportunidades políticas e o contexto histórico de descolonização e surgimento dos movimentos de libertação em Angola. Em segundo lugar (ii), olhando para o campo dos *atores*, o objetivo é analisar quais atores se engajaram no confronto, que identidades assumiram e que formas de interação produziram. Nesta fase

observaremos o recrutamento/engajamento em si, o perfil dos ativistas e suas motivações para o ativismo. Por fim, atentaremos para as *trajetórias* (iii), com o objetivo de investigar como se deu o curso e a transformação do confronto político, particularmente na esfera das performances políticas.

O período temporal da pesquisa ainda será definido, mas provavelmente irá da década de 1960 até o fim da década de 1980, quando há uma clara mudança nos processos de recrutamento, como pontuamos anteriormente. O objeto reclama a estruturação da pesquisa em duas frentes: explorando, de um lado, a formação da Unita através da reconstituição da estrutura de oportunidades políticas naquele contexto e o que ensejou a opção por um repertório violento; e, examinando, de outro lado, o perfil dos ativistas e as formas de engajamento. Para tanto, utilizaremos dois métodos: análise das trajetórias objetivas e reconstrução histórica. A primeira etapa envolverá entrevistas aprofundadas e análise documental dos arquivos estatais (particularmente os relatórios da PIDE) e não estatais (jornais, revistas, panfletos, documentos da Unita e das igrejas), registros privados (diários, cartas e memórias) e biografias. A análise documental será utilizada, de um lado, para cotejar as entrevistas, e de outro, para embasar a reconstrução histórica da estrutura de oportunidades e ameaças políticas.

Referências bibliográficas:

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 02, n. 03, 2012, p. 21-41.

_. **Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.

BECK, Teresa. Staging Society: Sources of Loyalty in the Angolan UNITA. **Contemporary Security Policy**, v. 30, n. 02, Agosto de 2009, 343-355.

BOSI, Leonardo; DELLA PORTA, Donatella. Micro-mobilization into Armed Groups: Ideological, instrumental and solidaristic paths. **Qualitative Sociology**, v. 35, 2012, p. 361-383.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DASH, Leon de Costa. **Savimbi's 1977 Campaign Against the Cubans and MPLA – Observed for 7 ½ Months, and Covering 2.100 Miles Inside Angola**. California Institute of Technology, 1977.

FERNANDO, Emídio. **Jonas Savimbi – no lado errado da história**. Alfragide: Dom Quixote, 2013.

- HEYWOOD, Linda. **Contested Power in Angola, 1840s to the Present**. Rochester: University of Rochester Press, 2000.
- MALAQUIAS, Assis. **Ethnicity and conflict in Angola: prospects for reconciliation**. Institute for Security Studies, p. 95-113, 2000.
- MAMDANI, Mahmood. Africa: Democratic Theory and Democratic Struggles. **Economic and Political Weekly**, v. 27, n. 41, 1992.
- _. When Victims Become Killers. Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, n. 1, 2001, p. 171-209.
- MCADAM, Doug. Recruitment to High-Risk Activism: The Case of Freedom Summer. **American Journal of Sociology**, v. 92, n. 01, julho de 1986, p. 64-90.
- MCADAM, Doug; PAULSEN, Ronnelle. Specifying the Relationship Between Social Ties and Activism. **American Journal of Sociology**, v. 99, n. 03, novembro de 1993, p. 640-667.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004
- _. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, n. 76, 2009, p. 11-48;
- MESSIANT, Christine. Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition. I – De la guerre à la paix (1975-1991) : le conflit armé, les interventions internationales et le peuple angolais. **Lusotopie**, p. 155-210, julho de 1994.
- MINTER, William. **Apartheid's Contras. An inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique**. Londres: Zed Books, 1994.
- PARSONS, Imogen. Youth, Conflict and Identity: Political Mobilisation and Subjection in Angola. In: MCINTYRE, Angela (Ed.) **Invisible Stakeholders. Children and War in Africa**, 2005.
- PEARCE, Justin. Control, politics and identity in the Angolan Civil War. **African Affairs**, v. 111, n. 444, julho de 2012, 442-465.
- STUVOY, Kirsti. War Economy and the Social Order of Insurgencies: an analysis of the internal structure of UNITA's war economy. **Arbeitspapier**, n. 03, 2002.
- TARROW, Sidney. **Power in Movement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
- _. **The Politics of Collective Violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- VITERNA, Jocelyn. Pulled, Pushed and Persuaded: Explaining Women's Mobilization into the Salvadoran Guerrilla Army. **American Journal of Sociology**, v. 112, n. 1, 2006, p. 1-45.